

ENSAIO TEÓRICO

Escrever não é útil

Paula Ávila NUNES 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

RESUMO

Este ensaio busca discutir que lugar há e restará para a escrita, tal como já se indagou Vilém Flusser (2010) no final dos anos 80, neste momento de criação de tecnologias de geração automática de texto, como as inteligências artificiais generativas transformacionais. O exame parte da consideração da escrita como tecnologia (Auroux, 1992; Gananadesikan, 2009; Benveniste, 2014), articulando as reflexões da linguística ao campo de estudos da filosofia da tecnologia (Cupani, 2013; Pinto, 2005, Ortega Y Gasset, 2009), na tentativa de elaborar sobre o tema não pela ótica formalista (linguística ou computacional), mas pelo prisma das ciências humanas em geral. Isso nos conduz, assim, a pensar sobre que aspectos dessa tecnologia, isto é, da capacidade de escrever, são irredutíveis às máquinas e, consequentemente restritos aos seres humanos, na tentativa de estabelecer, a partir daí, o que restará, no futuro, do processo composicional em um contexto em que boa parte das produções textuais poderão ser automatizadas. O percurso termina ponderando sobre o papel das aulas de língua materna na educação básica, sobretudo no que concerne ao ensino da leitura e da escrita, propondo que a escola priorize práticas de leitura e redação que fomentem a linguagem poética (Berardi, 2019; 2020), entendida como uma forma não convencional e não referencialista de produção de sentido, sustentando uma reflexão e uma ampliação das possibilidades da língua de significar e enfatizando a necessidade de enfoque em uma transmissão cultural (Petit, 2019) que leve em conta a língua como produtora e reveladora de subjetividade (Couto, 2011).

ABSTRACT

This essay aims to discuss what place there is and there will remain for writing, as Vilém Flusser (2010) questioned in the late 1980s, in the current context of creation of technologies for automatic text generation, such as transformative generative artificial intelligences. The examination starts with the consideration of writing as a technology (Auroux, 1992; Gananadesikan, 2009;



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Roberlei Alves Bertucci (UTFPR)
- Emanuel Cesar Pires de Assis (UEMA)
- Rebeca Schumacher Eder Fuão (Uio)

AVALIADO POR

- Ana Patrícia Sá Martins (UEMA)
- Everton Vinicius de Santa (UTFPR)

DATAS

- Recebido: 07/10/2023
- Aceito: 27/12/2023
- Publicado: 11/06/2024

COMO CITAR

Nunes, P. A. (2024). Escrever não é útil. *Revista da Abralín*, v. 23, n. 2, p. 192-213, 2024.

Benveniste, 2014), connecting linguistic reflections to the field of philosophy of technology (Cupani, 2013; Pinto, 2005; Ortega Y Gasset, 2009), attempting to elaborate on the subject not from a formalistic perspective (linguistic or computational), but through the prism of the humanities in general. This leads us to think about which aspects of this technology, that is, the ability to write, are irreducible to machines and consequently restricted to humans, in an attempt to establish what will remain in the future of the compositional process in a context where a significant portion of textual productions may be automated. The exposition ends by reflecting on the role of native language classes in basic education, especially concerning the teaching of reading and writing, proposing that schools prioritize reading and writing practices that promote poetic language (Berardi, 2019; 2020), understood as a non-conventional and non-referentialist form of meaning production, supporting a reflection on and an expansion of the language's possibilities to create sense and emphasizing the need to focus on a cultural transmission (Petit, 2019) that takes into account language as a producer and revealer of subjectivity (Couto, 2011).

PALAVRAS-CHAVE

Escrita. Tecnologia. Inteligência artificial. Linguagem. Ensino de língua materna.

KEYWORDS

Writing. Technology. Artificial intelligence. Language. Native language teaching.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS

No contexto atual, em que inteligências artificiais, como ChatGPT, impõem questões sobre autoria, originalidade, ética em pesquisa, entre tantas outras, este texto busca pensar que lugar há e restará para a escrita em um futuro em que talvez boa parte das produções escritas venha a ser gerada automaticamente por esses sistemas. Dessa forma, busca-se pensar o problema a partir da ótica das ciências humanas, tentando averiguar que aspectos da escrita não podem ser assimilados por uma máquina. A resposta nos conduz a pensar que há uma vontade criativa especificamente humana e que delegar a escrita a uma inteligência artificial seria não apenas privar o ser humano de um traço que lhe é distintivo, a capacidade de criar, como também deixar de ver a escrita como lugar de produção e manifestação de subjetividade. O texto defende, por fim, que o ensino da língua materna na educação básica deve privilegiar uma relação mais poética

e menos cognitiva entre o aluno e a língua, de forma que aquele veja, nesta, um lugar de produção de sentidos a partir do qual possa falar de si.

Introdução

Para que é que servem?
Os artistas?
Sim.
Para nada. São inutilistas.
O que é que este poeta faz?
Poemas, eu respondi.
Para que servem?
Para muitas coisas. Há poemas que servem para ver o mar.
(Afonso Cruz, em *Vamos comprar um poeta*)

A chamada para um dossiê que discute a relação entre texto e tecnologia não poderia ser mais atual e necessária. A incorporação de todo o tipo de inteligência artificial à escrita, revisão, pesquisa ou manipulação de textos tem, não por acaso, sido tema de discussão (e apreensão) por parte de especialistas, e mesmo não especialistas, a exemplo do que ocorre também em outras áreas, incluindo aí até as artes, em que o barulho da novidade não tem soado menos forte. É nesse contexto – em que, mais uma vez, os avanços tecnológicos têm alterado modos de fazer e de pensar, causando as mais variadas reações, da euforia ao desespero, passando pelo ceticismo – que este texto arrisca dar sua contribuição, ainda que circunscrito ao campo dos estudos da linguagem.

Essa tentativa – contrariamente ao que talvez seja a conduta hegemônica da atualidade – aborda a questão por um viés que não demoniza o recurso técnico, como fazem os fáusticos (Rüdiger, 2013), mas o contextualiza nos estudos da filosofia da tecnologia (Cupani, 2011; Pinto, 2005), articulando-a às discussões linguísticas, pela crença de que somente quando consideramos a tecnologia sob esse prisma podemos ter uma dimensão mais apurada do problema.

Pela dimensão da empreitada e pela restrição do espaço, porém, alguns recortes se impõem. Primeiramente, a tecnologia a ser discutida aqui será aquela que mais parece estar gerando inquietação: as inteligências artificiais generativas e transformacionais, tais como o ChatGPT, e sua utilização na produção textual. Tendo ainda em conta toda a ampla gama de aspectos passíveis de serem estudados nessa temática, um segundo recorte se faz necessário, tornando imperativo discutir o tema apenas no que tange à problemática da autoria quando esse recurso está em jogo. Por fim, a prioridade será desenvolver essa reflexão tendo em vista um contexto de uso muito específico: a sala de aula onde se ensina língua portuguesa.

Nessa conjuntura, portanto, a proposta deste texto é bastante simples: trata-se de pensar (mais uma vez, talvez, indo contra a corrente) não naquilo que as IAs citadas podem fazer em termos de substituição

do trabalho humano, mas justamente o contrário. Isso porque, para questões como “(...) será a tendência em direção ao autômato definitivo compatível com a evolução corpórea dos cérebros orgânicos? Será que o androide sintético e que aprende por conta própria assimilará e dominará por completo as esferas da linguagem e da comunicação?” (Berardi, 2020, p. 173), não poderíamos concordar mais com o autor: “A resposta não pode ser puramente técnica, porque a evolução das máquinas linguísticas interage com a evolução (ou, talvez, involução) de organismos conscientes e sensíveis, cujos reflexos não são determináveis por meio da técnica” (Berardi, 2020, p. 173 – ênfase acrescida).

Por isso, interessa aqui explorar especificamente a dimensão da criação humana, incluindo a tecnológica, que não se reduz à máquina, ainda que nela se manifeste: a dimensão da engenhosidade, da criatividade, de um uso linguístico, um emprego de língua que não comporta substituição. Esse uso é – desenvolve-se adiante – aquilo que propriamente nos configura como humanos, pois nos afasta da “mais agressiva das regulações – a matematização da linguagem” (Berardi, 2020, p. 31), precisamente aquela que está em jogo no processamento automático de textos.

É por isso que este texto se intitula “Escrever não é útil”. A inspiração é claramente um deslocamento em relação à provocação que Airton Krenak (2020) desenvolve em uma de suas compilações de textos, que leva o título de “A vida não é útil”. A ideia de utilidade como um recurso ferramental (portanto, diretamente ligado à noção de tecnologia, como se discute adiante) é justamente o ponto em que parece residir o maior imbróglie quando abordamos o tema das IAs e da produção textual. A saída, tal como Krenak vislumbra para a questão específica que discute em seu livro, se dá por uma via que não considere a utilidade como mecanismo fundamental, ainda mais se tratando de língua: “A civilização sobreviverá, mas deixará de ser humana. A humanidade sobreviverá, mas será cada vez menos civilizada – a menos que encontremos uma nova afinção entre a mente emocional e a neuro-máquina” (Berardi, 2020, p. 174 – ênfase acrescida)

É necessário (e urgente), assim, entender (e, portanto, ensinar) língua, conseqüentemente, também, produção textual, não como uma ferramenta, mas como um recurso que justamente não se reduz a um caráter instrumental, posto que qualquer comparação entre linguagem e ferramenta deveria nos encher de desconfiança (Benveniste, 1995).

Da mesma forma que Ortega y Gasset (2009) considera que a tecnologia pode ser uma chave libertadora para o ser humano exercer aquilo que lhe é singular, distintivo e mais necessário – isto é, se dedicar ao supérfluo –, este texto ensaia desenvolver a ideia de que apenas um tipo de educação não teme que alunos empreguem IAs para escrever seus textos: aquela em que a poesia – não como gênero, mas como desacomodação da linguagem, como “excesso de transações semióticas” (Berardi, 2020, p. 10) – é tratada como o supérfluo mais essencial que existe e, portanto, tratada como a mais radical singularidade humana, irredutível à máquina. Trata-se, portanto, de propor, como faz Franco Berardi (2019; 2020), que somente a insurreição da (e pela) linguagem será capaz de combater “os automatismos tecnolinguísticos”, cuja manifestação mais bem acabada vemos na emergência de *chatbots* cada vez mais sofisticados e no medo crescente de que eles venham a substituir nossa tarefa essencialmente humana de seres linguageiros, defendendo, para tanto, que “(...) a libertação da vida social do emaranhado da dominação feroz da exatidão matemática é uma tarefa poética” (BERARDI, 2020, p. 33).

É pensando em contornar um pouco a aridez que toma conta da ciência, que “vive de costas para necessidade de trazer leveza e construir beleza” (p. 49), como nos provoca Mía Couto (2011), que este texto tenta abordar a linguagem e sua relação com a tecnologia, na esperança de discutir a técnica no quadro epistemológico em que ela menos circula como temática, mas que mais se faz premente atualmente: o campo das humanidades.

A importância da área foi corretamente acentuada por Michèle Petit ao ressaltar que

As “humanidades” não são tanto conteúdos a analisar quanto uma prática, uma conversa, uma reflexão. (...) “Não podemos convidar as crianças a fazer música para serem melhores em matemática ou se tornarem bons cidadãos”. É preciso, talvez, acrescentar que se trata de uma área que não suporta a mediocridade ou a demagogia. (PETIT, 2019, p. 191)

A intenção deste texto é, pois, recolocar a discussão no campo que lhe é de direito, o as ciências humanas, uma vez que tratar de tecnologia sem considerar o elemento humano é conferir a ela uma autonomia de que não dispõe (Santos, 2006). É tirar da equação o fato de que “a história da máquina não explica máquina. O que a explica é a história natural do homem” (Pinto, 2005, p. 72). Tratemos, pois, de recuperar essa história.

1. A escrita como tecnologia

Letras e numerais funcionam como cinzeis na arte da escultura, e a realidade lá fora é um bloco de mármore no qual a ciência esculpe uma imagem do mundo.
(Vilém Flusser, em *A escrita*)

Tratar do tema proposto neste texto exige situar o leitor em relação a alguns conceitos primordiais, a começar pelos que compõem o binômio tecnologia e escrita. Entendendo a tecnologia como a produção do artificial, distinto do natural (Cupani, 2011) – ainda que seja uma transformação deste –, torna-se possível compreender em que termos a escrita é um artefato humano¹. Enquanto a língua, na modalidade oral (ou gestual, no caso das línguas de sinais) é adquirida, ou seja, não precisa ser formalmente ensinada para que alguém a domine como falante pleno de determinado idioma, o mesmo não ocorre com a escrita, que precisa ser ensinada e aprendida. A diferença entre natural e artificial se coloca de forma insuspeita aqui: a língua é natural, embora precise ser adquirida; a escrita, artificial, à medida que toma um elemento natural, o rastro, e o torna signo, como forma deliberada de marcação sobre uma superfície (Nunes, 2022).

No entanto, falar sobre escrita como tecnologia envolve atentar-se para uma diferença sutil entre duas concepções englobadas sob esse rótulo. Ou seja, há duas formas de entender escrita aqui. A primeira delas, mais facilmente apreensível como tecnologia, diz respeito à mobilização de um

¹ Poder-se-ia radicalizar mais ainda, como faz Vilém Flusser (2017), ao afirmar que “o homem é um animal não natural”, já que se “comunica com outros homens por meio de artifícios” (pos. 805).

sistema gráfico para semiotizar uma língua (Benveniste, 2014). Dito de outra forma, a primeira concepção de escrita como tecnologia diz respeito à passagem de uma condição ágrafa para uma condição gráfica, tal como postulam autores como Gnanadesikan (2009) e Auroux (1992). E isso, ainda é preciso sublinhar, é diferente da aprendizagem de um sistema de escrita, que torna uma pessoa analfabeta em alguém alfabetizado. No primeiro caso, da passagem da condição ágrafa à gráfica, estamos nos referindo a uma sociedade que não dispõe de formas gráficas que representem a língua como sistema significante. Ainda que possam haver outros recursos mnemônicos para registro de informação, isso não é o mesmo, nesse caso, do que um recurso que registra *a língua*, o que só é possível por meio de uma escrita (Benveniste, 2014). Eis aí um verdadeiro salto cognitivo para a humanidade, tão importante que Auroux (1992) é taxativo: a invenção da escrita é o que permite o surgimento das ciências da linguagem, posto que a escrita é, em si mesma, uma forma de análise da língua. Muito diferente, porém, é o que acontece na passagem da condição de analfabetismo para alfabetismo, pois não se trata mais de uma sociedade, mas de um indivíduo. A diferença parece irrelevante, mas há um aspecto primordial envolvido: neste segundo caso, a sociedade já dispõe de um sistema de escrita, com o qual, inclusive, o analfabeto pode ter contato, ainda que não consiga decifrá-lo. Não se trata, portanto, da *invenção* de um sistema de escrita em um contexto em que ele não existia (e, conseqüentemente, em que essa capacidade simbólica específica não existia), mas de uma apropriação de um fator culturalmente disseminado e valorado, uma vez que só aprendemos a escrever em uma cultura em que a condição de alfabetismo exista e seja valorada positivamente.

Essa primeira forma de concepção da escrita pode ser resumida, portanto, mesmo que de forma um tanto reducionista, à capacidade de codificação e decodificação (no caso dos sistemas alfabéticos, à correlação entre fonemas e grafemas). Entretanto, todos sabemos que o domínio da escrita não se resume a essa capacidade, pois a habilidade de cifrar e decifrar não equivale à capacidade de produzir um texto. Eis a segunda forma de compreensão de como a escrita pode ser uma tecnologia.

Observe-se, de início, que redigir um texto não equivale a redigir sentenças bem formadas em termos gramaticais. É exatamente por isso que, quando estamos no âmbito dos estudos de texto, não costumamos mais usar o termo “gramática” para nos referirmos ao conjunto de combinações que um falante pode fazer com as unidades da língua, pois não há exatamente uma *gramática do texto*, se entendermos pelo termo as regras de combinação de unidades em sintagmas maiores (Câmara Jr., 1997). No âmbito textual², a tendência é recorrer a uma nomenclatura como “critérios de textualidade”³. Ou seja, não há regras no mesmo sentido que há nos âmbitos fonológico, morfológico e sintático, pois, embora estejamos sempre submetidos a uma lógica de sentido, a liberdade na

² Para fins da argumentação sustentada aqui, está-se tomando texto como um conjunto de enunciados, embora, evidentemente, existam textos de uma só frase ou mesmo aqueles manifestos em outras bases semióticas que não a verbal.

³ Esse é o termo adotado no campo da Linguística Textual, talvez a abordagem mais conhecida no Brasil. Existem, no entanto, outras teorias que abordam o problema de forma diversa, não utilizando essa terminologia.

produção textual, diferentemente da “rigidez” da estrutura⁴ da língua, atende regras tácitas, que podem ser descritas, mas não prescritas⁵:

Existe, pois, na combinação de unidades linguísticas, *uma escala ascendente de liberdade*. Na combinação de traços distintivos em fonemas, a liberdade individual do que fala é nula; o código já estabeleceu todas as possibilidades que podem ser utilizadas na língua em questão. A liberdade de combinar fonemas em palavras está circunscrita; está limitada à situação marginal de criação de palavras. Ao formar frases com palavras, o que fala sofre menor coação. E, finalmente, *na combinação de frases em enunciados, cessa a ação das regras coercitivas da sintaxe, e a liberdade de qualquer indivíduo para criar novos contextos cresce substancialmente*, embora não se deva subestimar o número de enunciados estereotipados. (Jakobson, 2003, p. 39 – ênfase acrescida)

Poderíamos, dessa maneira, afirmar que a segunda forma de concepção de escrita é a da textualização, que difere enormemente da codificação/decodificação.

E por que essa segunda concepção seria considerada uma tecnologia? Porque, para produzir um texto, é necessário certo domínio tanto da tipologia quanto do gênero textual envolvido. O texto escrito, tal como todo e qualquer artefato tecnológico, é fruto de um planejamento, resultando em um artefato que não existia no meio natural previamente à sua criação.

Quando falamos em escrita como tecnologia, então, estamos discorrendo sobre dois aspectos que, embora imbricados, não são de mesma ordem. Codificar (e decodificar, na leitura) pressupõe certo conhecimento técnico, em que não há muita margem para inovação. Trata-se de saber fazer, aplicar um conhecimento já adquirido, inclusive de forma relativamente automática, isto é, sem reflexão, posto que, durante a escrita ou a leitura, não podemos nos ater ao fato de que cada símbolo numa folha de papel simboliza um elemento linguístico. O aspecto procedural da codificação/decodificação deve ser transparente, “rodar em segundo plano”, para que o leitor possa se ater à interpretação textual propriamente dita. De outro lado, textualizar, contudo, envolve, em alguma medida, um saber tecnológico, isto é, não apenas um saber fazer, mas um saber fazer em que não há apenas a aplicação e replicação de uma técnica, mas que permite (de certo modo até exige) uma inventividade, permitindo o exercício da criatividade.

⁴ O emprego de “estrutura” aqui é deliberado. Embora a língua seja, como sabemos pela definição saussuriana, um sistema – que não equivale, bem entendido, à ideia de estrutura – é inegável também que há um aspecto estrutural nas línguas humanas. Elas funcionam, na verdade, como sistema e estrutura ao mesmo tempo. Como estrutura porque há combinações específicas de unidades que não podem ser infringidas (vide, por exemplo, o nível fonológico em que um fonema como /f/ só pode ser seguido de uma vogal ou de uma consoante líquida na estrutura da língua portuguesa). E como sistema porque há certo grau de variabilidade (sempre sistemática) nas combinações possíveis entre unidades da língua (vide, por exemplo, no nível sintático, a possibilidade de inversão de sujeito e verbo).

⁵ É evidente que os critérios de textualidade estabelecem uma espécie de prescrição das características que um texto deve apresentar para poder ser considerado como tal. Entretanto, não se trata do mesmo tipo de prescrição que temos no âmbito oracional. Cada critério de textualidade nos diz que aspecto um conjunto de palavras deve cumprir para poder ser considerado como texto, mas não prescreve a forma pela qual isso deve ser feito, não impondo, portanto, uma regra no mesmo sentido que poderíamos falar de uma regra gramatical.

Uma primeira e óbvia implicação disso é que a escola teria, nesse sentido, a incumbência de transformar o conhecimento não formalizado de cada aluno – já falante de sua língua, sobre a qual ele detém um saber técnico, isto é, operativo, posto que sabe falar – em um saber tecnológico, ou seja, um saber de ordem reflexiva, epilinguística ou metalinguística (Auroux, 1999). E o lugar privilegiado para se fazer isso é a escrita, a forma que a língua tem de se voltar sobre ela mesma (Benveniste, 2014; Auroux, 1992). Mas há uma segunda implicação, essencial para a discussão aqui empreendida: se há dois aspectos de ordens diferentes envolvidos no que concebemos como escrita, qual desses aspectos pode ser reproduzido por uma inteligência artificial generativa e, mais importante, que aspectos não podem? É o que se investiga a seguir.

2. O que resta da/para a escrita?

As línguas servem para comunicar. Mas elas não apenas “servem”. Elas transcendem essa dimensão funcional. Às vezes, as línguas fazem-nos ser.
(Mia Couto, em *Se Obama fosse africano*)

Em 1987, o filósofo tcheco Vilém Flusser abre seu livro *Die Schrift – Hat Schreiben Zukunft?* (publicado no Brasil apenas 23 anos depois sob o título *A escrita – há um futuro para a escrita?*) respondendo à pergunta que intitula a obra da seguinte forma: “Parece não haver quase ou absolutamente nenhum futuro para a escrita, no sentido de sequência de letras e de outros sinais gráficos. Hoje em dia, há códigos que transpõem melhor a informação do que o dos sinais gráficos” (Flusser, 2010, p. 13). O aparente ceticismo do autor – ora corroborado nas páginas que escreve, ora apresentado com ironia, como no final da própria introdução, em que afirma que somente um livro escrito poderia responder às grandes questões sobre a escrita – não causaria tanto espanto não fosse o fato de ele o ter levado a público em uma época em que a informática recém dava seus primeiros passos no terreno do usuário individual. A internet não era nada como conhecemos hoje e a inteligência artificial ainda era mais assunto de literatura de ficção (sobretudo distópica) do que uma realidade que se apresentasse realmente como possibilidade futura. Foi nessa conjuntura que Flusser propôs a questão que hoje ganha novos contornos: haverá um futuro para a escrita?

A resposta, no entanto, mesmo que possa até ser influenciada pelo pensamento do tcheco, necessita ser enquadrada nesse novo contexto que se descortinou recentemente, cujo caráter paradoxal Mia Couto sublinhou há mais de uma década: “nunca o nosso mundo teve ao seu dispor tanta comunicação. E nunca foi tão dramática nossa solidão. Nunca houve tanta estrada. E nunca nos visitamos tão pouco” (Couto, 2011, p. 14). Nem Flusser nem Mia Couto escreveram em meio à profusão de inteligências artificiais, mas suas sensibilidades lhes permitiram antever o problema que hoje se impõe: embora nunca tenhamos tido, em outro momento histórico, tanto acesso à escrita, tantos exemplares de escrita em nosso redor, tantas possibilidades de comunicação pelo meio escrito, também nunca tínhamos convivido com a real possibilidade de não mais escrever. A referência, aqui, obviamente, não é à decisão de não escrever, ou à falta de conhecimento sobre como fazê-lo, nem

mesmo a algo como *ghost writing*, mas o simples fato de que hoje, pela primeira vez, é possível delegar a tarefa da escrita a uma entidade não humana, uma inteligência artificial. Eis aí um ineditismo com envergadura para mudar o curso da história, promovendo, talvez, uma revolução cognitiva análoga à própria invenção da escrita, pois

uma questão de técnica (...) nunca é apenas uma questão técnica. Existe um complexo *feedback* entre a técnica e o homem que a utiliza. Uma consciência em processo de transformação clama por técnicas inovadoras, e uma técnica inovadora transforma a consciência (Flusser, 2010, p. 35).

Essa intrincada relação entre técnica e consciência é que permite uma alteração, talvez uma leve modalização, na pergunta original do filósofo: qual o futuro de uma escrita (e, conseqüentemente, de uma sociedade) quando escrever não é mais necessário? Mais ainda: se ao ensino de língua materna cabe o papel de promover o acesso ao mundo da escrita⁶, o que resta ensinar numa conjuntura em que tal conhecimento pode não ser mais imprescindível⁷?

A resposta a esses questionamentos passa pelo percurso empreendido até aqui. Inicialmente, é preciso considerar uma concepção específica de escrita como tecnologia, começando pelo segundo termo do par. Uma das mais instigantes reflexões sobre o tema foi produzida por José Ortega y Gasset, num livro-compilação intitulado *Meditações sobre a técnica*. De forma bastante resumida (e que absolutamente não faz jus à beleza do texto do espanhol), o filósofo defende uma ideia básica: a de que, não estando nós, humanos, bem adaptados ao mundo, isto é, não havendo para nós um habitat natural como há para outros animais e seres vivos, cabe ao ser humano adaptar o mundo a si, o que ele faz por meio da criação tecnológica. A novidade da reflexão, porém, não reside nessa concepção já abordada por inúmeros filósofos da tecnologia. Antes, Ortega y Gasset sustenta um pensamento que pode ser definido pelo seguinte aforismo: para o ser humano, somente o supérfluo é necessário. Persigamos o raciocínio do autor.

Às perguntas “por que quer o homem normalmente viver? Por que não lhe é indiferente desaparecer? Que empenho tem em estar no mundo?” (Ortega Y Gasset, 2009, p. 24), o filósofo responde: viver, para o ser humano, é realizar o projeto de ser quem se é. Dito de outra forma, enquanto os outros animais prendem sua existência às suas necessidades básicas, àquilo que conhecemos como “sobrevivência”, a vida humana “não coincide, pelo menos totalmente, com o perfil de suas necessidades orgânicas” (p. 29). É por isso que o homem se afasta da natureza, no sentido de que sua vida não se resume à execução das tarefas que garantem apenas sua sobrevivência biológica. Nesse movimento, reside o que o autor chama de “reforma da natureza”, isto é, todo o conjunto dos procedimentos técnicos que o humano realiza para alterar o mundo natural a seu favor e de acordo com sua

⁶ A tarefa do ensino de língua materna na escola não se resume, decerto, ao ensino de leitura e de escrita. Contudo, essas habilidades são, sem dúvidas, as duas principais competências a serem desenvolvidas no período escolar.

⁷ Evidentemente, alguém poderia objetar que é necessário saber ler e escrever para navegar no mundo digital. No entanto, os constantes avanços em tecnologias de reconhecimento de voz e compreensão de fala nos levam a pensar que os comandos de voz poderão, no futuro, substituir integralmente comandos que hoje são dados por escrito, assim como assistentes virtuais poderão realizar a leitura “em voz alta” de elementos escritos em uma tela.

vontade, criando uma sobrenatureza⁸, uma tecnosfera, ou, nas palavras de Santos (2006), uma segunda natureza, um “meio técnico-científico-informacional” (p. 42) sobreposto ao espaço natural.

Esse afastamento da natureza, da condição biológica como única balizadora da vida, faz com que o ser humano não apenas viva, mas queira bem viver. Ora, se a técnica é a produção dessa segunda natureza, na qual o homem pode poupar os esforços básicos que exclusivamente lhe garantiriam a sobrevivência, sobra-lhe tempo e energia para se dedicar a outro tipo de existência, ao bem viver, àquilo que Ortega y Gasset chama de “projeto de existência”. Tendo, pois, garantido a sobrevivência, pode o ser humano se dedicar a algo que lhe é mais seu e mais distintivo: “para o homem, só é necessário o objetivamente supérfluo” (p. 36), sendo a técnica “a produção do supérfluo” (p. 37), o meio pelo qual o bem-estar, único e verdadeiro alvo do homem, é produzido por ele pela “adaptação do meio à vontade do sujeito” (p. 38). A implicação disso é muito bem retratada em seu texto:

No vazio que a superação da sua vida animal deixa, o homem dedica-se a uma série de quefazeres não biológicos, que não lhe são impostos pela natureza, que ele inventa para si mesmo. E precisamente essa vida inventada, inventada como se inventa uma novela ou uma obra de teatro, é ao que o homem chama vida humana, bem-estar (Ortega Y Gasset, 2009, p. 44)

É por isso que, para o ser humano, “viver é, evidentemente, e antes de outra coisa, esforçar-se por que haja o que ainda não há, (...) quer dizer, achar os meios para realizar o programa que se é” (p. 52), pois

O homem é (...) primeiro que tudo, algo que não tem realidade, nem corporal, nem espiritual; é um programa como tal; portanto, o que ainda não é, mas que aspira a ser. (...) Um ente cujo ser consiste, não no que já é, mas no que ainda não é, um ser que consiste em ainda não ser. Tudo o resto do Universo consiste no que já é (Ortega Y Gasset, 2009, p. 48).

Essa condição não encontra paralelo no meio animal: trata-se propriamente daquilo que é específico de nossa espécie, isto é, da submissão não às leis da natureza, mas da cultura, expressa pelo “papel fundamental do domínio simbólico no centro da vida em sociedade” (Hall, 2016, p. 21 – grifo no original). Entre outras coisas, a cultura é o nome que damos a “todas essas práticas que não estão geneticamente programadas em nós (...), mas que carregam sentido e valores para nós, que precisam ser *significativamente interpretadas* por outros, ou que *dependem do sentido* para seu efetivo funcionamento” (Hall, 2016, p. 21 – grifos no original). É na dimensão cultural, por conseguinte, que se encontra tudo aquilo que criamos de artificial e que é valorado pela cultura, motivo pelo qual a

⁸ Textualmente, lemos: “Quando não encontra no mundo circundante os recursos de que sente precisar para colmatar as suas carências mínimas, o ser humano substitui o repertório de actividades básicas com que lhes responderia por um novo tipo de *fazer*, em que produz o que não estava ao seu alcance. Isto não seria possível se, como os restantes seres, estivesse adaptado ao seu meio e não tivesse a capacidade para se desprender transitoriamente das imposições da natureza e, para, inventando procedimentos técnicos, modificar a circunstância, através da criação de uma espécie de *sobrenatureza* (Ortega Y Gasset, 2009, p. 11 – grifos no original).

tecnologia não se restringe a máquinas ou artefatos físicos, mas a uma certa *mentalidade*⁹ (Cupani, 2011). Enfatiza ainda Ortega y Gasset:

(...) o homem começa quando começa a técnica. (...) A missão inicial da técnica é essa: dar liberdade ao homem para poder entregar-se a si mesmo. (...) Todas as atividades humanas que especialmente receberam ou merecem o nome de técnicas não são mais do que especificações, concretizações desse caráter geral de *autofabricação próprio do nosso viver* (p. 53 – ênfase acrescida)

A ideia de autofabricação de um viver encontra ressonância na expressão eloquente de Álvaro Vieira Pinto (2005), o mais importante filósofo da tecnologia no Brasil: o ser humano é um ser *autopoietico*. A ideia de *poiésis*¹⁰ é, portanto, central para o que se argumenta aqui. É importante lembrar que esse termo grego aparece normalmente como oposição a outro, mais conhecido: *mimesis*. *Grosso modo*, o conceito deste último estaria compreendido na tradução pela palavra “imitação”, enquanto o primeiro é normalmente concebido como “criação”. Nessa díade, podemos já perceber o irredutível do humano em relação à inteligência artificial: enquanto o primeiro cria uma forma de viver, a segunda imita. Só há *poiésis*, portanto, para o ser humano.

Essa concepção de entidade autopoietica – ou seja, de um ser que produz sua própria existência (porque tem a capacidade de criar, resultante do fato de ser dotado de linguagem) – nos faz sustentar que somente para o ser humano a poesia existe, pois é apenas ele que precisa criar um mundo para si, o que o faz, aliás, pela criação de um supérfluo, sua única produção efetivamente necessária. É preciso cuidado, entretanto, em como se concebe poesia nesse contexto: “Poesia, nesse sentido, é qualquer fonte da qual a língua sempre nasce renovada, e precisamente em qualquer literatura, ou seja, também nos textos científicos, filosóficos, e políticos, e não apenas nos ‘poéticos’” (Flusser, 2010, p. 111)

Logo, parece plausível articular essa acepção de poesia ao raciocínio que Ortega y Gasset desenvolve sobre o supérfluo. A renovação que a poesia permite é, na língua, análoga à reforma que o ser humano impõe ao mundo natural, transformando-o em um mundo eminentemente humano:

Nem sempre estamos cientes do que devemos à poesia, no sentido lato¹¹ da palavra: quase tudo que percebemos e vivenciamos. Fazer poesia é a produção de modelos de experiência, e sem tais modelos não poderíamos perceber quase nada. Ficaríamos anestesiados e teríamos de – submetidos aos nossos instintos atrofiados – cambalear cegos, surdos, insensíveis. Os poetas são nossos órgãos dos sentidos. (...) cores, sons e sabores são como são não porque vêm da Natureza assim, mas porque são culturais, isto é, porque *foram poeticamente elaborados* por um motivo fundamental de *alguma forma não percebido naturalmente* (Flusser, 2010, p. 113 – ênfase acrescida).

⁹ Textualmente: “(...) a nossa preferência geral por coisas e modos de agir eficientes e rápidos, a nossa inclinação a economizar tempo e esforço, a nossa frequente preocupação em controlar o futuro, e a crescente propensão a nos ‘programarmos’ para o que nos propomos a fazer, indicam que adotamos irrefletidamente uma atitude e uma mentalidade tecnológicas” (Cupani, 2011, p. 12).

¹⁰ Para um estudo mais aprofundado do tema no contexto da filosofia da tecnologia, além de recorrer ao já citado Álvaro Vieira Pinto, em seu *O conceito de técnica*, o leitor pode se beneficiar da leitura de *A questão da técnica*, de Martin Heidegger.

¹¹ Conforme definição reproduzida acima.

Ainda que não remetam um ao outro, as palavras de Flusser parecem dar testemunho preciso da ideia que Berardi (2020) postula ao afirmar que a poesia não é informação, mas criação. É ainda necessário frisar:

A poesia pode ser definida como o ato de fazer experiências com o mundo pelo embaralhamento dos padrões semióticos. (...) Não posso dizer o que a poesia “é”, porque na verdade a poesia “é” nada. Tudo o que eu posso tentar dizer é o que a poesia faz. O ato de compor signos (visuais, linguísticos, musicais e assim por diante) pode *revelar um espaço de sentido que não preexiste na natureza* e que não tem como fundamento uma convenção social. O ato poético é a *emanação de um fluxo semiótico que inaugura no mundo tons não convencionais de sentido*. O ato poético é ao mesmo tempo um excesso semiótico que nos sugere algo que está além do limite convencionado do sentido e uma revelação de uma esfera possível de uma experiência ainda não experimentada (isto é, o experimentável) (Berardi, 2020, p. 141-142 – ênfase acrescida).

É por meio da articulação entre essa concepção específica de tecnologia, ou seja, da produção do artificial como um supérfluo necessário, e da poesia como o recurso linguístico que transcende a informação compartilhada (o necessário) e, portanto, privilegia a criação e a experimentação (o supérfluo) que podemos pensar na singularidade é na necessidade da escrita num futuro em que ela se vê ameaçada por reduzir a língua a uma “*modelação linguística, automatismo lógico e cognitivo*” (Berardi, 2019, p. 17). O próprio Vilém Flusser (2010) já havia antevisto o problema:

Se o futuro, na realidade, deve trazer consigo um novo modo de pensamento cada vez menos fundamentado no código linguístico e cada vez mais no código dos cálculos e da computação, se a torrente linguística que inundará tudo será apenas ruído de fundo para esse novo modo de pensamento, então devemos temer a perda dessa herança preciosa que nos foi dada, a “língua” (p. 107).

Observe-se a dimensão da implicação aludida no que Flusser propõe¹²: abrir mão da escrita como tecnologia de representação da língua é, em última análise, abrir mão da própria língua, ou seja, de nossa capacidade mais distintiva, precisamente aquela que permite a criação (inclusive a que chamamos de tecnológica em sentido mais estrito). A redução da língua a um código alfanumérico (de zeros e uns), a uma produção automática de texto, implicaria, na visão do autor, na perda da “língua falada como mediação entre o pensamento e a escrita. (...) O pensamento se desligaria da língua” (Flusser, 2010, p. 99). Se Flusser é mais claudicante quanto aos possíveis efeitos devastadores disso, Franco Berardi, ao contrário, é incisivo:

A palavra não é mais um fator na conjunção de corpos afetivos que falam, mas um conector de funções de significação transcodificado pela economia. Privada de sua habilidade conjuntiva, a palavra se torna

¹² É importante frisar que Flusser (2010) acredita que a inteligência artificial pode criar poesia por outros meios, isto é, criando associações linguísticas novas, insuspeitas dos seres humanos, como atestamos na passagem “Deve-se colocar em dúvida a frieza da poesia calculada. O novo poeta, que se sente diante de seu terminal e espera curioso por saber quais formações morfológicas e sintáticas inesperadas surgirão na tela, é capturado por um delírio criador, que em nada se opõe ao calor da luta do poeta escritor contra a língua. Toda vez em que um umbral técnico é transposto, os observadores têm o sentimento de que a técnica se sobrepõe, e comprova-se, todas as vezes, que a nova técnica inaugura novas fontes criadoras” (p. 117). Reconhecemos, portanto, que, neste ponto, este texto discorda um pouco do teórico tcheco. Contudo, sua linha de raciocínio, quando articulada aos outros teóricos mobilizados aqui, parece viabilizar uma outra conclusão, precisamente aquela sustentada neste texto.

uma função recombinante, um operador discreto (em oposição a contínuo) e formal (em oposição a pulsional) (Berardi, 2020, p. 22).

Bem entendido, a problemática exposta por Berardi considera uma situação, já existente, na visão do autor, em que a economia passou a ocupar o lugar da volição e dos afetos que pautam a cultura da criação, própria da vida humana, reduzindo o desejo a códigos. Essa redução da linguagem a um código, além das implicações que o autor elabora, redimensiona o lugar da tecnologia para a humanidade, sobretudo em relação a seu caráter volitivo.

Com efeito, o ser humano cria tecnologia para se eximir de atividades que lhe custam, ou de atividades que se restringiriam a lhe garantir a sobrevivência, delegando à máquina tudo aquilo que não lhe for aprazível realizar, pois “ao homem não é digno dedicar-se àquilo que as máquinas podem fazer” (Flusser, 2010, p. 50). Nessa concepção, a criação tecnológica se apresenta em quatro dimensões diferentes (Mitcham, 1994, citado em Cupani, 2011), entre as quais cabe destacar o aspecto volitivo. Isto é, o ser humano produz tecnologia e altera o mundo porque deseja. E o desejo aqui é menos o de sobrevivência e mais o de permanência¹³, menos o de conjunção com o mundo e mais o de exercício de poder sobre o mundo natural¹⁴, inclusive sobre seus semelhantes. Cabe, portanto, a questão: delegar à máquina as mais elevadas faculdades humanas, aquelas relativas à produção linguística e, por conseguinte, à criação própria e exclusiva da espécie, atende a que propósito? Novamente, Flusser (2010) já havia refletido sobre isso:

O computador parece substituir de modo lento (e irrevogável) as funções espirituais do homem, uma após a outra: calcular, pensar de maneira lógica, decidir, prever. (...) Essa primitivização do mundo dos numerais nos leva a considerar que não é mais a inteligência humana que conta, mas a artificial. Essa inteligência é mais burra, contudo, muito mais veloz (p. 49-50)

Eis aí o paradoxo da contemporaneidade: a velocidade acelerada em que a vida é vivida deveria deixar mais tempo para nos dedicarmos à construção do nosso bem-viver, ao supérfluo que, para nós, é necessário. O que ela engendra, porém, é uma vida em que até mesmo a capacidade criativa é deixada de lado em prol de uma velocidade informacional que justamente barra a criatividade e a invenção, posto que informar está do lado da necessidade, não da criação. Não à toa Flusser emprega o termo “primitivização”: na tentativa de exercer o maior dos poderes – o da criação de uma réplica de si (ou de seu intelecto) –, os humanos se desligam de seu aspecto mais primordialmente distintivo, voltando a ser primitivos (isto é, seres exclusivamente biológicos, sem linguagem), de quem tanto queriam se afastar. É nesse sentido, cremos, que podemos entender o postulado de Berardi de que

¹³ Como bem observa Krenak (2020), “A maior parte das invenções é uma tentativa de nós, humanos, nos projetarmos em matéria para além dos nossos corpos. Isso nos dá sensação de poder, de permanência, a ilusão de que vamos continuar existindo” (p. 17). Com a escrita, não é diferente.

¹⁴ Como também sublinha o autor, “Amigos que trabalham com história da filosofia e da tecnologia me disseram que o desvio dos humanos em seu sentimento de pertencimento à totalidade da vida se deu quando descobriram que podiam se apropriar de uma técnica” (Krenak, 2020, p. 56).

o exercício linguístico não é mais realizado por corpos pulsionais que falam, pois a palavra é tomada apenas em seu aspecto formal, e não afetivo. Se “a poesia é a vibração singular da voz” (Berardi, 2020, p. 116), aquilo que “abre as portas da percepção para a singularidade” (idem), o preço a se pagar por delegar a criação linguística à máquina é o da própria subjetividade humana.

A exposição de tais fatores, nessa linha de raciocínio, já deve ser suficiente para deixar clara ao leitor a necessidade, antecipada na introdução deste texto, de recolocar o problema da tecnologia no campo das humanidades, único no qual parece ser possível pensar em uma saída para a problemática em discussão. A reflexão de Berardi (2019; 2020) é não apenas uma contribuição salutar ao campo, mas também encaminha, à sua maneira e com outros propósitos, um argumento que é compartilhado aqui: o de que a criação de inteligências artificiais não é a causa do problema, mas seu sintoma. “Sintoma” aqui é empregado exatamente como no meio médico: tal como uma febre, o sintoma aponta para algo que não vai bem, mas pode ser inespecífico o suficiente para que não se possa diagnosticar o problema tão facilmente.

Qual é o problema de que uma inteligência artificial relativa à produção linguística dá indícios? O problema da aceleração semiótica, que leva ao declínio da sensibilidade, entendida, esta, como “a capacidade de interpretar e entender o que não pode ser expresso em signos verbais ou digitais” (Berardi, 2020, p. 99). Para o autor, a sensibilidade – excluída de cena pelo contexto de produção neoliberal, sob a ótica de uma visão mercadológica que toma tudo, inclusive a linguagem, como objeto – se torna um empecilho, algo inútil e até mesmo perigoso, uma vez que “torna a decodificação aleatória, ambígua e incerta, e, assim, reduz a eficiência competitiva do agente semiótico” (idem). Dito de outra maneira, o que a inteligência artificial faz é tornar a língua um produto semiótico restrito à forma e à veiculação da informação, sendo necessário, para tanto, abolir a sensibilidade, pois é esta que “possibilita a singularidade da enunciação e a singularidade da compreensão de um enunciado não codificado” (BERARDI, 2020, p. 118). E é precisamente neste ponto que a escrita precisa ser tomada como uma tecnologia: não nos termos enunciados na primeira parte deste escrito, mas como uma invenção humana que tem potencial, pelas suas características próprias, de fazer resistência ao automatismo do mundo, inclusive ao automatismo semiolinguístico.

A tecnologia das inteligências artificiais generativas de texto reduz a escrita a um caráter meramente informacional, quando, na verdade, escrever estaria mais bem alocado no campo das tecnologias sociais, ou seja, daquelas que ajudam a organizar o corpo social. A singularidade da escrita, porém, reside no fato de que, para além disso, ela permite a elaboração de uma experiência no mundo que transcende o aspecto meramente informacional¹⁵. Flusser (2010) advoga que “o escrever, tal como aprendemos na escola, é um gesto de consciência histórica” (p. 99) e a história, por sua vez, “é uma função do escrever e da consciência que se expressa no escrever” (p. 22 – ênfase acrescida). É

¹⁵ Pelas delimitações deste texto, não será possível abordar outro aspecto não menos relevante dessa questão: Walter Benjamin já antecipava, em seu célebre texto *O narrador*, que a informação – que se tornou objetivo principal dos meios de comunicação em massa – seria impeditora de uma narração, aquela em que o caráter informacional não é preponderante e que, justamente por isso, produziria experiência. A distinção benjaminiana entre *vivência* e *experiência* parece estar bastante alinhada com a proposta que encerra este texto. Fica, portanto, o convite ao leitor para que acompanhe a instigante argumentação do filósofo.

por isso que apenas um ser de história (o ser humano), em contraposição a um ser biológico (os animais) – na comparação estabelecida por Ortega y Gasset (2009) – pode produzir escrita. Ainda mobilizando os termos do filósofo¹⁶, poder-se-ia dizer que o que a inteligência artificial generativa capta e reproduz (por *mimesis*) com uma velocidade e até mesmo acuidade impressionantes é o aspecto utilitário, ou seja, não poético, da escrita. O perigo, porém, está numa sociedade, ou num indivíduo, que acredite que isso é tudo, ou seja, que não há um aspecto supérfluo para a escrita, precisamente aquele de uma consciência que se expressa ao escrever. Flusser (2010) é eloquente ao apontar as possíveis comorbidades dessa doença de que a inteligência artificial é sintoma:

O que tememos, quando esperamos o fim da escrita alfabética em sua forma mais completa, é o declínio da leitura, isto é, da decifração crítica. Nós tememos que as mensagens, no futuro, inclusive os modelos de percepção e de experiência, sejam adotados sem crítica, que a revolução da informática possa transformar o homem em receptores de mensagens que permutam sem crítica, ou seja, em robôs (Flusser, 2010, p. 119).

Em outros termos, poderíamos ler o receio de Flusser pela ótica informacional sugerida por Berardi: o que o tcheco já temia veio a se concretizar, ao que parece, no fato de que delegar a elaboração de textos a uma inteligência artificial reduz a linguagem a seu aspecto informacional, destituído de poesia, entendida por Flusser (2010) como “um jogo com a linguagem cuja estratégia é aumentar criativamente o universo da língua” (p. 111). A escrita automatizada, nesse caso, exime o redator de uma experiência singular com a língua, mediada pela circunstância específica criada pela escrita por seu caráter metalinguístico, a saber, a possibilidade de que o falante, pelo ato de escrever, interrogue sua própria língua e suas formas de produzir sentido.

Entretanto, uma observação aqui é imprescindível: o que se está a defender aqui não é propriamente a ideia de que IAs de produção linguística sejam um desserviço ou, pior, algo a ser evitado. Em primeiro lugar porque, como nos ensina a filosofia do campo, a tecnologia é um ponto sem retorno. Isto é, não há tecnologia que, uma vez incorporada à sociedade, deixe de ser utilizada. No máximo, ela será substituída por outra que realizará com mais eficiência o que a anterior se propunha a fazer. Em segundo lugar, porque, efetivamente, grande parte de nossa produção escrita é, de fato, de caráter utilitário. Se pensarmos nos momentos em que o “escrevente comum”¹⁷ mobiliza o recurso da escrita, o que está em jogo costuma ser da ordem informacional, não poética no sentido esboçado anteriormente. É exatamente por isso, inclusive, que vemos até mesmo profissões

¹⁶ Ortega y Gasset, ao menos no texto aqui mobilizado como referencial teórico, nunca discorreu sobre a escrita como especificidade humana. Os deslocamentos aqui realizados, sobretudo quanto à sua relação com inteligências artificiais, são de inteira responsabilidade da autora. A mesma observação vale para o texto de Flusser, que, embora tenha se dedicado a pensar sobre as implicações da informática para a escrita, não faz ponderações específicas sobre as IAs generativas (obviamente pelo fato de que elas não existiam à época em que estava elaborando sua reflexão).

¹⁷ “Escrevente comum” aqui é um paralelo com “falante comum”, ou seja, aquele que não é especialista do campo das ciências da linguagem. Neste texto, o primeiro termo se refere àqueles que não tem a escrita como parte fundamental de seus afazeres, sejam eles laborais (como professores universitários, por exemplo) ou recreativos (como escritores amadores).

altamente ancoradas na escrita, como a dos jornalistas, sendo substituídas por gerações automatizadas de texto (Araujo, 2017; Adams, 2015). Ou seja, é muito provável que tarefas que recorrem à escrita para fins técnicos (como relatórios, laudos etc.) venham a ser produzidas por IAs e, quando muito, supervisionadas por um humano.

O problema que isso enseja não está no fato de que tais atividades não sejam mais exercidas por humanos. Ao contrário: a possibilidade de automatizá-las nos poupará esforços consideráveis. Contudo, como toda produção tecnológica, ela interroga a sociedade em que se insere. E a questão que se coloca para nós é dupla: (1) que lugar (se ainda existir) será reservado à escrita? e (2) que lugar caberá ao ensino da escrita em um contexto em que saber escrever não será mais, para muitos postos de trabalho, um imperativo? A essa segunda questão, adiciona-se outra, que não é escopo deste texto, mas que não pode ser obliterada: saberá (e conseguirá) a sociedade absorver os trabalhadores que perderão seus postos de trabalho calcados nessa escrita quase mecânica, que pouco ou nada envolve a criação? Saberá (e conseguirá) a sociedade preparar cidadãos que estejam aptos a atuar nessas novas funções? Cupani (2011) é preciso:

(...) o fazer que a técnica (ou a tecnologia) implica é um saber socialmente moldado. (...) na verdade, [a técnica] existe como dimensão constitutiva tanto do caráter natural quanto do caráter social do ser humano. O homem produz e usa artefatos como manifestação de sua vida em sociedade. Isso implica que a maneira de produzir e servir-se dos artefatos depende, obviamente, do tipo de sociedade em que tais atividades ocorrem (Cupani, 2011, p. 15).

Nunca é demais enfatizar: é pelo caráter socialmente moldado da tecnologia que ela convoca as ciências humanas à reflexão. E é nessa conjuntura que se deve pensar o ensino da língua materna.

3. O ensino da escrita: há um futuro para o ensino?

Um menino observava sua professora mergulhada em um livro; intrigado, ele se aproximou dela e fez a seguinte pergunta: “Tia, por que você está lendo, se já sabe ler?”

(Michèle Petit, em *Ler o mundo*)

Analogamente ao que faz Flusser em seu livro, a pergunta que se impõe neste momento é se haverá um futuro para o ensino de escrita em língua materna, considerando o exposto anteriormente sobre a realização automatizada de textos que chamamos de “técnicos”, ou seja, aqueles com função específica e utilitária. Para responder tal questão, é necessário reajustar a lente precisamente sobre esse termo: “técnico”. Etimologicamente, “técnica” está ligada à palavra grega *tekhnè*, que significa “arte”. O sentido de “arte” em português, como quando falamos de “artes plásticas”, por exemplo, deriva sua etimologia do latim *ars*, distante da concepção grega. Mas nossa língua ainda guarda uma relação entre técnica e arte em palavras como “artefato” e “artesão”. O que se sustenta aqui é que só poderá haver um futuro para a escrita se ela for técnica no sentido grego do termo, ou seja, se ela remeter a uma arte, entendida como um fazer manual, artesanal, justamente, único e irrepetível.

Enfatizou-se anteriormente que uma das dimensões da tecnologia é seu caráter volitivo. Nesse sentido, a concepção de um escrever artesanal privilegia uma compreensão de tecnologia que considera que há um aspecto humano que permanecerá sempre irredutível à máquina: o desejo de criar. Um exemplo muito ilustrativo disso pode ser visualizado em uma entrevista que o produtor musical João Boscoli dá à Gama Revista, em um dossiê não por acaso intitulado “Quem tem medo da inteligência artificial?”¹⁸. Perguntado sobre o quanto ele acha que a inteligência artificial pode ser utilizada para criação musical, ele, que a utiliza profusamente em sua profissão, ressalva: “Não enxergo o ganho quando a inteligência artificial está tirando de mim o meu processo criativo de trabalho. A coisa que eu mais gosto de fazer na vida é fazer música.” É esse desejo incontornável de criar, que, para nós, se manifesta como uma dignidade ontológica, que está em jogo quando nos referimos à retomada da escrita como *tekhne*, como arte.

Evidentemente, sabemos, pela prática, que essa dimensão não costuma ser aquela privilegiada pela escola em tempos em que a “preparação para o mercado de trabalho” envolve algumas aberrações como gestão financeira precoce e aulas de liderança para crianças que serão, na visão de alguns pais e educadores, futuros empreendedores. O primeiro aspecto a ser observado nessa recolocação da escrita como fruto da volição criativa humana reside na urgência de a escola combater “os automatismos econômicos da competição” (Berardi, 2019), para tomar de empréstimo a formulação certa do autor, para quem

a escola e a universidade são cada vez menos destinadas à formação de pessoas livres e cada vez mais à produção de terminais humanos compatíveis com o circuito produtivo. A finalidade cada vez mais explícita da formação é o que torna os seres humanos dependentes do processo de produção de valor. A interface fluida com a máquina produtiva requer uma remoção das arestas (diferenças culturais, históricas, estéticas) (Berardi, 2019, p. 141).

Essa escola “incapaz de falar do presente” (p. 158), posto que se orienta por um futuro que nem sabe ao certo como será, mas que precisará ser rápido e sem arestas, encontra crianças e adolescentes com uma “fragilidade psíquica, que se conjuga com uma assustadora potência tecnológica e destrutiva” (p. 163). E, como temos testemunhado, o ensino da escrita como recurso técnico orientado para um futuro em que ela pode nem mesmo existir como conhecemos hoje não tem sido uma estratégia produtiva nem para formar bons escritores, capazes de redigir textos minimamente corretos do ponto de vista normativo e lógico, tampouco escritores que possam se beneficiar da escrita por aquilo que ela tem de mais valioso: ser um mecanismo de expressão daquele que escreve e que, por esse mesmo gesto, reflete sobre a língua em sua forma de produzir sentido. Isso é o que está pressuposto desde o início deste texto: o ensino da escrita só pode ter valor em uma sociedade em que escrever está em declínio se valorizar seu aspecto não utilitário, isto é, se colocar acento não sobre o fato de que ela representa uma língua, mas sobre o fato de que ela produz sentido. Só há futuro para uma escrita que produza sentido.

¹⁸ Disponível em <https://gamarevista.uol.com.br/capa/quem-tem-medo-da-inteligencia-artificial/>.

Por essa razão, pouco interessa, para quem observa o fenômeno pelo prisma das ciências humanas, aquilo que inteligências artificiais generativas conseguem fazer em termos de produção textual. Antes, o que é relevante é justamente o que de irredutivelmente humano fica fora da capacidade da máquina. Esse elemento, pelo que se tentou argumentar aqui, é a capacidade poética, uma relação com a língua (por meio da escrita) que cria uma “concatenação semiótica que excede a esfera das trocas e a correspondência codificada do significante e do significado” e, por isso, privilegia “a concatenação semiótica que cria novas rotas de significação e abre caminho para reativar o elo entre sensibilidade e tempo” (Berardi, 2020, p. 118). A relação do aluno com sua língua materna, seja em seu aspecto oral, seja escrito, não pode perder de vista o fato de que “ensinar a ler é sempre ensinar a transpor o imediato. É ensinar a escolher entre sentidos visíveis e invisíveis” (Couto, 2011, p. 99).

Quais são os sentidos que interessam ao aluno ler e escrever? Ora, aqueles que dizem respeito à sua própria existência como ser falante e atuante no mundo. Não há como esperar que alunos gostem de escrever obrigando-os a produzir gêneros que, embora talvez circulem em suas vidas cotidianas, não lhes abrem espaço para qualquer redação e investigação de si. A obrigação da escrita como algo a ser aprendido porque “o mundo do trabalho exige”, além de equivocada, como apontado anteriormente, só garante um desgosto permanente do falante com sua própria língua, que pode ser sintetizado na observação reproduzida por Michèle Petit (2019): “Henry Miller lembrava que ‘as coisas podem perder todo o valor, todo o encanto e toda a sedução se você é arrastado pelos cabelos para admirá-las’” (p. 69).

Em meio a obrigações e inovações tecnológicas, que nos fazem perder o encanto pelas possibilidades da língua (às vezes até do mundo), é necessário lembrar, como tão bem faz Berardi (2020), que “a tecnologia penetra o corpo orgânico e modela sua atividade cognitiva, mas o corpo excreta substâncias não assimiláveis sem cessar: o excesso de vida, de Eros, de inconsciente” (p. 175). Essas “substâncias não assimiláveis”, irredutíveis à máquina, que agrupamos anteriormente sob o rótulo genérico de “volição”, são justamente aquelas que mais configuram a escrita como uma tecnologia calcada num aspecto essencialmente humano, se considerarmos o escrever como um percurso que leva quem escreve a “encontrar as palavras à altura de sua experiência” (Petit, 2019, p. 52), ou, como preferimos aqui, à altura da própria *existência*.

Michèle Petit, tal como faria uma advogada, defende a ideia de que todo ser humano tem o direito à metáfora, isto é, a encontrar palavras que o ajudem a elaborar suas experiências, de forma a torná-las suportáveis, por nos oferecer uma via indireta (por isso metafórica) àquilo que tão dolorosamente experimentamos. E o meio privilegiado para tanto é o recurso à nossa condição distintiva de seres falantes, simbólicos e, portanto, culturais, pois a metáfora nada mais é do que o emprego de um signo no lugar de outra coisa, mecanismo fundamental do funcionamento das línguas humanas.

Cabe ao ensino da língua materna, portanto, como direito fundamental de todo cidadão, ser a instância privilegiada da transmissão da cultura, da construção da subjetividade por meio da língua, do momento à política, entendida como mediação do conflito pelo recurso à palavra em detrimento da força,

pois é exatamente disso que se trata a transmissão cultural e, mais particularmente, a leitura: construir um mundo habitável, humano, poder encontrar ali o seu lugar e locomover-se; celebrar a vida no

cotidiano, *oferecer as coisas poeticamente; inspirar as narrativas que cada pessoa fará de sua própria vida*; alimentar o pensamento, formar o “coração inteligente”, como diria Hannah Arendt, que teria acrescentado que é preciso transmitir o mundo às crianças, ensiná-las a amá-lo, para que elas um dia tenham vontade de assumir a responsabilidade por ele (Petit, 2019, p. 23 – ênfase acrescida).

A transmissão cultural requer, contudo, precisamente aquilo que ainda não sabemos bem como realizar: “encontrar uma linguagem que traduza as formas da cultura moderna, alfabética, crítica, para as formas das gerações pós-alfabéticas” (Berardi, 2019, p. 149). Trata-se, portanto, de encontrar uma forma de dizer e de transmitir a cultura que deixe de herança às gerações futuras uma possibilidade de usar a escrita como meio de falar de si.

Nesse trabalho de sofisticação das narrativas de si, ou seja, de encontrar formas de dizer, de refletir sobre a língua como produtora de sentido e sobre a escrita como representação máxima de nossa capacidade simbólica¹⁹, o que o aluno deveria aprender na escola é uma língua estrangeira, ou, para usar a bela imagem criada por Mia Couto, uma língua que ele não sabe que sabia, dado que “(...) nenhum escritor tem ao seu dispor uma língua já feita. Todos nós temos de encontrar uma língua própria que nos revele como seres únicos e irrepetíveis” (Couto, 2011, p. 23). Ainda tomando emprestada a beleza do texto do moçambicano, diríamos que ensinar a escrita da língua materna é uma tentativa de ensiná-la não como código – como tecnologia que dá visibilidade a uma língua –, mas de ensinar que a própria língua é um lugar em que “a palavra tem que lutar para não ser silêncio” (p. 13).

Escrever “o texto que cada um é e que todos nós somos” (Petit, 2019, p. 54) envolve, sem dúvidas, como já enfatizava a autora, uma relação não só cognitiva, mas sensível, afetiva com a língua, diríamos até artesanal. Precisamente o que Couto (2011) alude como “a vocação divina da palavra, que não apenas nomeia, mas que inventa e produz encantamento” (p. 14), ou seja, uma relação não cognitiva, mas poética com a língua: o trabalho com a escrita como a de um artesão com sua obra. A depender de como integremos as inteligências artificiais generativas em nossa vida de seres falantes e escreventes, talvez seja isso que venha a nos restar: uma relação com a língua que seja inútil – no sentido de Krenak – e supérflua – como provocaria Ortega y Gasset. E justamente por isso, mais essencialmente humana.

Informações complementares

Avaliação e resposta dos autores

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v23i2.2190.R>

¹⁹ “Máxima” por ser uma representação (gráfica) sobre uma outra representação (a língua), ou ainda, por ser uma representação de segunda ordem (Benveniste, 2014).

Editores

Roberlei Alves Bertucci

Afiliação: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4014-5610>

Emanoel Cesar Pires de Assis

Afiliação: Universidade Estadual do Maranhão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7377-8540>

Rebeca Schumacher Eder Fuão

Afiliação: Universidade de Oslo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7658-7704>

RODADAS DE AVALIAÇÃO

Avaliador 1: Ana Patrícia Sá Martins

Afiliação: Universidade Estadual do Maranhão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5716-1580>

Avaliador 2: Everton Vinicius de Santa

Afiliação: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0738-0977>

AVALIADOR 1

Além de uma escrita acadêmica que atende aos requisitos da esfera acadêmica de publicação, a discussão, em forma de ensaio, tecida pela autora é construída a partir de uma abordagem que transita, com propriedade, pelas diversas áreas de conhecimento das ciências humanas, como já anunciado em seu resumo. Apesar de discutir conceitos e concepções epistemológicas complexas, a autora não o faz de modo prolixo. Ao contrário, tem a preocupação didática e responsiva com seu/sua leitor/a, ao situar suas bases teóricas, conduzindo-nos e provando-nos às reflexões atuais, urgentes e pertinentes acerca da(s) escrita(s) na contemporaneidade.

Considero, deste modo, o texto como aprovado e adequado para publicação na supracitada revista, entendendo que contribuirá para discussões aplicadas e implicadas nos estudos da língua, não somente no âmbito do ensino, como também nas diversas esferas e domínios discursivos.

AVALIADOR 2

Além de cumprir claramente com os objetivos da presente chamada, o texto se apresenta como provocador e instigante, quer do ponto de vista da escrita, quer do ponto de vista de seu conteúdo teórico/artístico. O gênero ensaio coube-lhe de forma correta, uma vez que a autora apresenta um texto leve em que hipóteses e teorias não são “checáveis”, mas são “propostas” para um novo tempo de uma humanidade digital. Nesse sentido, o título é uma ironia com a própria necessidade de discussão desse tipo de tema e do próprio texto que o apresenta; textos assim, são, sim, úteis. Escrever é, portanto, útil. Se for assim, reforça-se.

Por tudo isso, recomenda-se a aceitação do texto.

Conflito de Interesse

A autora não tem conflito de interesse a relatar.

Protocolo e Pré-Registro de Pesquisa

A presente pesquisa não adotou nenhum roteiro da Equator Network, nem está pré-registrada em repositório institucional independente.

Declaração de Disponibilidade de Dados

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Tim. **And the Pulitzer goes to... a computer**. 2015. Disponível em < <https://www.theguardian.com/technology/2015/jun/28/computer-writing-journalism-artificial-intelligence>>. Acesso em: 06 out. 2023.

ARAUJO, Marcelo. O uso de inteligência artificial para a geração automatizada de textos acadêmicos: plágio ou meta-autoria? **LOGEION: Filosofia da informação**. v. 3 n. 1, p. 89-107, set. 2016 / fev. 2017.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

BENVENISTE, É. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem [1958]. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral** I. São Paulo: Pontes, 1995.

BERARDI, Franco. **Depois do futuro**. Tradução de Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BERARDI, Franco. **Asfixia**: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. Porto Alegre: Vozes, 1997.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** E outras interinvenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUPANI, A. **Filosofia da tecnologia**: um convite. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

FLUSSER, Vilém. **A escrita** – há um futuro para a escrita? Tradução de Murilo Jardelino Costa. São Paulo: Anna-blume, 2010.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: UBU Editora, 2017.

GNANADESIKAN, A. **The Writing Revolution**: Cuneiform to the Internet. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação sobre a técnica**. Lisboa: Fim de século, 2009.

NUNES, Paula Ávila. Do rastro ao signo: questões sobre a escrita na obra benvenistiana. In: ROSÁRIO, Heloísa Monteiro; HOFF, Sara Luiza; FLORES, Valdir do Nascimento. **Leituras de Émile Benveniste**. Porto Alegre: Zouk, 2022.

PETIT, Michèle. **Ler o mundo**: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje. Tradução de Julia Vidile. São Paulo: Editora 34, 2019.

PINTO, Álvaro V. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro, Contraponto: 2005.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)